



2  
19

**VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA. - EPP**

**CNPJ nº 06.321.471/0001-88**

**NIRE nº 3120876541-2**

**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

- **BRENO DE ASSIS OLIVEIRA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, nascido aos 21/07/1978 em Divinópolis /MG, residente e domiciliado à Rua Cardeal Stepinac, nº 451, apto. 303, Bairro Cidade Nova, cidade de Belo Horizonte/MG - CEP: 31.170-220, portador da CI nº: M-8.826.022 SSP/ MG e inscrito no CPF (MF) sob o nº 034.240.316-82
- **FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, arquiteta e urbanista, nascida aos 11/08/1975 em Coronel Fabriciano/MG, residente e domiciliada à Rua Califórnia nº 768, apto. 802, Bairro Sion, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.315-500, portadora da CI nº MG-8.014.357 SSP/MG e inscrita no CPF (MF) sob o nº 029.913.186-60;

únicos sócios componentes da Sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob a denominação social de **VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA. - EPP**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.321.471/0001-88, com Contrato Social registrado no Cartório do Registro Civil Das Pessoas Jurídicas sob o nº: 116.991, no Livro A, em 31/05/2004; 1ª Alteração Contratual registrada no Cartório do Registro Civil Das Pessoas Jurídicas sob o nº: 9, no Livro A, em 22/02/2010 e a mesma 1ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o NIRE nº 3120876541-2 em 08/04/2010; 2ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº: 4676287 em 29/08/2011.

Resolvem de comum acordo e na melhor forma permitida em direito, promover esta **3ª Alteração Contratual**, com o objetivo específico de:

- a) Alteração de todas as cláusulas do Contrato Social;
- b) Adequação do Contrato Social ao Código Civil de 2002;
- c) Alteração do tipo da sociedade;
- d) Consolidação em um só texto o Contrato Social em vigor.



**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A CLÁUSULA PRIMEIRA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"I - DENOMINAÇÃO**

**"CLÁUSULA PRIMEIRA** - A sociedade girará sob a denominação social de VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA. EPP e poderá também adotar denominação de fantasia VIABILE SOLUÇÃO EM PROJETOS."

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A CLÁUSULA SEGUNDA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"II - SEDE**

**"CLÁUSULA SEGUNDA** - A sociedade possui sua sede na Avenida Augusto de Lima nº 655, salas 415, 416, 417 e 418, Bairro Centro, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-000, podendo, ainda, abrir e fechar filiais, agências, sucursais, no País ou no exterior."

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A CLÁUSULA TERCEIRA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"III - PRAZO E DURAÇÃO**

**"CLÁUSULA TERCEIRA** - O início das atividades sociais da sociedade ficou definido, de acordo com seu contrato de constituição em 31 de maio de 2004. O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado (Código Civil art. 997, II)."

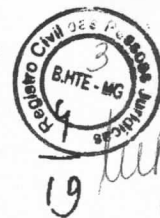
**CLÁUSULA QUARTA** - A CLÁUSULA QUARTA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"IV - OBJETO SOCIAL**

**"CLÁUSULA QUARTA** - O objeto da sociedade consiste:

4.1. Gerenciamento, coordenação, gestão, consultoria, assessoria e execução de projetos e serviços em:





- Pesquisa e análise de alternativas locacionais;
- Estudos de viabilidade;
- Planos Diretores e Estratégicos;
- Projetos Arquitetônicos;
- Projetos de Infra-Estrutura;
- Projeto de automação;
- Projeto de detecção e combate de incêndio;
- Projetos complementares de fundações, estruturas, instalações hidrossanitárias (água quente e fria, esgoto, águas pluviais e drenagem) de gás, de proteção e combate a incêndio, de coleta de lixo, instalações elétricas e telefônicas, subestações, lógica/dados, cabeamento estruturado, conforto ambiental, acústico, sonorização e luminotecnia;
- Compatibilização e Integração de Projetos;
- Levantamento arquitetônico, urbanísticos, topográficos, de instalações e registro de desenhos "as-built";
- Projetos de desenhos técnicos;
- Projetos de reforma, revitalização, restauração e adequação de edifícios;
- Projetos de layout, de arquitetura de interiores, de mobiliário e de equipamentos;
- Projetos de preservação de patrimônio ambiental e urbano;
- Plano de gerenciamento de resíduos;
- Análises de impacto ambiental, paisagístico, urbano e viário;
- Projetos de paisagismo;
- Projetos urbanísticos, de loteamentos, remembramento ou desmembramento de terrenos e similares, rezonamento de propriedades;
- Assessorias para a produção de materiais promocionais e gráficos;
- Produção de cadernos de encargos, editais e memoriais, para licitações públicas e privadas;
- Produção de relatórios técnicos, orçamentos, cronogramas físico-financeiros, planejamentos e estudos técnicos.

4.2. Fiscalização e/ou gerenciamento da execução de serviços, instalações, obras de edificação realizadas por terceiros ou fiscalização técnica de construção e/ou construtor e/ou montador, fabricação e/ou fabricante."

**CLÁUSULA QUINTA** - A CLÁUSULA QUINTA passará a vigorar com a seguinte redação:





**"V - CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA QUINTA** - O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), indivisíveis em relação à sociedade, observadas as disposições legais em contrário, já subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente do país, na forma seguinte:

1. **BRENO DE ASSIS OLIVEIRA** - 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 50.000,00;

2. **FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO** - 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 50.000,00;

**TOTAL:** ..... R\$ 100.000,00

§ 1º - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas do Capital Social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil;

§ 2º - As quotas da sociedade são impenhoráveis."

**CLÁUSULA SEXTA** - A CLÁUSULA SEXTA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"VI - ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA SEXTA** - Os poderes da gestão, representação e assinatura pela sociedade serão exercidos unicamente pelos sócios Diretores **BRENO DE ASSIS OLIVEIRA** e **FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO**, que assinarão isoladamente pela sociedade, competindo a eles movimentarem contas bancárias, emitirem e aceitarem títulos cambiais, bem como representarem a sociedade em atos, negócios e/ou transações comerciais, atos de rotina, correspondência, admissão e demissão de empregados, emissão de recibos, faturas, duplicatas, endossos para cobrança e caução, endosso de cheques para depósito, representação da sociedade, inclusive perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias, representação em juízo.





§ 1º - Compete, ainda, aos sócios Diretores BRENO DE ASSIS OLIVEIRA e FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO, superintender as atividades técnicas, opinar sobre contratos na sua causa técnica, representar a sociedade junto às entidades de natureza técnica profissional, sempre com independência absoluta, prevalecendo seus votos na direção técnica e administrativa da sociedade.

§ 2º - O uso da firma e da denominação social é restrito aos interesses da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, pelo que não poderá ser usada em negócios estranhos, em fianças e avais, em favor de terceiros, ou dos próprios quotistas.

§ 3º - Além dos sócios Diretores BRENO DE ASSIS OLIVEIRA e FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO, nenhum outro sócio poderá prestar fiança ou aval sem prévio e expresse consentimento dos demais.

§ 4º - Cada quota do capital social representa um voto nas decisões adotadas pela sociedade.

§ 5º - Dependem de deliberação dos sócios:

I - A destituição de sócio nomeado administrador no contrato, pela aprovação de titulares de cotas correspondentes a, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social (Código Civil, art. 1.063);

II - A modificação do contrato social e a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, pelos votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social (Código Civil, art. 1.076, I);

III - A designação dos administradores, quando feita em ato separado, a destituição dos administradores, modo de remuneração e o pedido de concordata, dependem de aprovação de mais da metade do capital social (Código Civil, art. 1.076, II);



5



§ 6º - Será facultada a nomeação de administradores não sócios, devendo, outrossim, os sócios deliberarem a respeito da indicação, sendo este designado em ato separado com a aprovação unânime, enquanto o capital não estiver integralizado e, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, após sua integralização (Código Civil, art. 1.061).

§ 7º - A sociedade não possui Conselho Fiscal nem Assembleia de Quotistas. Os sócios tomarão conhecimento da administração social através de exame direto dos livros e arquivos da sociedade sempre que conveniente, independentemente de qualquer autorização.

§ 8º - Poderá a sociedade constituir, por prazo certo e determinado, mandatários da sociedade, ficando, desde já, delimitados os atos e operações que poderão praticar, nos termos do art. 1.018 do Novo Código Civil, quais sejam, os poderes das cláusulas 'ad negocia' ou 'ad judicia' para movimentar contas bancárias, emitir e aceitar títulos cambiais, bem como representar a sociedade em atos, negócios e/ou transações comerciais, atos de rotina, correspondência, admissão e demissão de empregados, emissão de recibos, faturas, duplicatas, endossos para cobrança e caução, endosso de cheques para depósito, representação da sociedade, inclusive perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias, representação em juízo.

§ 9º - Incumbirá ainda os administradores a obrigação de apresentar ao término de cada exercício inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, na forma estabelecida por leis especiais e nos artigos 1.179 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

§ 10º - As demonstrações financeiras de que trata o parágrafo anterior serão apresentadas aos sócios para aprovação na reunião ordinária de quotistas que se realizará nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, na forma deste instrumento.

§ 11º - Os administradores e/ou qualquer dos sócios que vierem a prestar serviços à Sociedade, poderão fazer jus a um valor remuneratório, que poderá ser retirado

4 6





mensalmente, ou acumulado de acordo com a disponibilidade de caixa a título de retirada pró-labore.

§ 12º - Os valores das retiradas pro labore serão previamente discutidos, aprovados em reuniões ordinárias ou extraordinárias e reajustados sempre que houver interesse ou necessidade, podendo, todavia, ser reduzido ou extinto por decisão de três quartos do capital social."

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A CLÁUSULA SÉTIMA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"VII - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço patrimonial e todas as demonstrações financeiras, sendo os lucros apurados distribuídos aos sócios ou capitalizados na mesma proporção de sua participação no Capital Social, conforme definir a administração da sociedade na oportunidade. As eventuais perdas serão suportadas pelos sócios, na mesma proporção de sua participação no Capital Social.



**PARÁGRAFO ÚNICO** - A sociedade poderá levantar balanços intercalares e intermediários semestrais, trimestrais ou em períodos menores, podendo, na hipótese de existência de lucro líquido, distribuir ou capitalizar lucros intercalares ou intermediários por deliberação da Administração, sempre na mesma proporção da participação dos sócios no Capital Social. A sociedade poderá, também, proceder à correção monetária nesses balanços intercalares ou intermediários, podendo, ainda, aumentar o capital com a reserva correspondente."

**CLÁUSULA OITAVA** - A CLÁUSULA OITAVA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"VIII - DA EXCLUSÃO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA OITAVA** - Observadas as formalidades previstas neste instrumento, é lícito aos sócios que representem, no mínimo, 2/3 das Quotas sociais excluir da sociedade, por motivo grave, qualquer dos demais sócios, mediante simples alteração contratual.

§ 1º - Os sócios, neste ato, declaram que entendem configurar-se razão autorizadora da sua exclusão da sociedade, incluindo, mas não se limitando, (a) a condenação em processo criminal; (b) perda do direito ao exercício da profissão de engenheiro; (c) propositura por qualquer sócio de demanda judicial em face da sociedade ou de qualquer outro sócio; (d) exercício individual da engenharia, sem a prévia anuência dos demais sócios; (e) prática de atos desleais à sociedade; ou (f) o desempenho profissional deficitário, insuficiente ou insatisfatório.

§ 2º - A fim de dirimir eventuais dúvidas os sócios declaram que a relação dos motivos graves autorizadora da exclusão de qualquer um deles da sociedade mencionada no § 1º supra é meramente exemplificativa.

§ 3º - Os haveres do sócio excluído serão determinados, na proporção por ele detida no capital social, e terão como base o valor patrimonial contábil da sociedade, apurado em balanço especial levantado no mês anterior à prática de qualquer um dos atos mencionados no § 1º desta cláusula, devidamente descontados dos prejuízos sofridos pela sociedade em consequência dos atos que levaram a exclusão do sócio.

§ 4º - Os haveres do sócio excluído serão pagos em 6 (seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 60 (sessenta) dias após o ato que deliberar sua exclusão e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes."

**CLÁUSULA NONA** - A CLÁUSULA NONA passará a vigorar com a seguinte redação:



8  
19

## "IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA NONA** - Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas a terceiros, sendo permitido apenas a aquisição pelos demais sócios, na proporção de sua participação no Capital Social. O sócio que pretender retirar-se da sociedade comunicará seu intento aos demais, mediante documento escrito, cuja entrega fique comprovada e no qual declare sua intenção de retirada. Os demais sócios terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação, para manifestarem a forma de pagamento ao sócio retirante.

§ 1º - A retirada de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da sociedade, que continuará com o(s) sócio(s) remanescente(s); com admissão de novo sócio, caso necessário e haja aprovação de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social dos sócios.

§ 2º - No caso de extinção, morte, interdição, retirada ou falência de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio extinto, falecido, interditado ou falido, que poderão optar pela participação na sociedade ou pelo recebimento dos seus haveres com base em balanço ou balancete especialmente levantado para esse fim, sendo o patrimônio avaliado com base nos valores de mercado. O valor apurado poderá ser pago em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas, e atualizadas monetariamente pelo INPC ou índice que o venha a substituir a contar da data do levantamento do balanço ou balancete até o dia do efetivo pagamento, vencendo-se a primeira prestação 90 (noventa) dias após o levantamento do balanço ou balancete. Os prazos previstos nessa cláusula poderão ser prorrogados por acordo entre as partes."



**CLÁUSULA DÉCIMA** - A CLÁUSULA DÉCIMA passará a vigorar com a seguinte redação:

## "X - CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 6.404/76, nos termos do Parágrafo único, do art. 1.053 do Código Civil."

BP 9



19

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - A CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"XI - DECLARAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - Os sócios já qualificados neste instrumento, declaram que não incorrem nas restrições previstas no § 1º, do art. 1.011 do Código Civil."

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - A CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA passará a vigorar com a seguinte redação:

**"XII - FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, MG, para dirimir quaisquer dúvidas, demandas ou litígios oriundos do presente contrato."

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA** - As Cláusulas DÉCIMA-TERCEIRA, DÉCIMA-QUARTA e DÉCIMA-QUINTA foram excluídas do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA** - A sociedade retorna, a partir do presente instrumento, ao enquadramento pelo tipo simples em função de não mais se enquadrar como sociedade empresária.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - A partir da presente alteração todas as futuras e eventuais alterações contratuais serão arquivadas no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para o qual, após retirada do Registro na Junta Comercial de Minas Gerais, será apresentado novo pedido de Registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Tendo em vista as alterações decorrentes da presente alteração contratual e visando ratificar as demais cláusulas, os Sócios resolvem, por meio desse instrumento, consolidar o contrato social da Empresa para que esta possa ser regida única e exclusivamente pelas cláusulas e condições abaixo descritas:



10

10



12  
19

## CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

### VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA. - EPP

CNPJ nº 06.321.471/0001-88

NIRE nº 3120876541-2

### 3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**BRENO DE ASSIS OLIVEIRA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricitista, nascido aos 21/07/1978 em Divinópolis /MG, residente e domiciliado à Rua Cardeal Stepinac, nº 451, apto. 303, Bairro Cidade Nova, cidade de Belo Horizonte/MG - CEP: 31.170-220, portador da CI nº: M-8.826.022 SSP/ MG e inscrito no CPF (MF) sob o nº 034.240.316-82

**FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, arquiteta e urbanista, nascida aos 11.08.1975 em Coronel Fabriciano/MG, residente e domiciliada à Rua Califórnia nº 768, apto. 802, Bairro Sion, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.315-500, portadora da CI nº MG-8.014.357 SSP/MG e inscrita no CPF (MF) sob o nº 029.913.186-60;

únicos sócios componentes da Sociedade Simples Limitada, que gira nesta praça sob a denominação social de **VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA. - EPP**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.321.471/0001-88, com Contrato Social registrado no Cartório do Registro Civil Das Pessoas Jurídicas sob o nº: 116.991, no Livro A, em 31/05/2004; 1ª Alteração Contratual registrada no Cartório do Registro Civil Das Pessoas Jurídicas sob o nº: 9, no Livro A, em 22/02/2010 e a mesma 1ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o NIRE nº 3120876541-2 em 08/04/2010; 2ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº: 4676287 em 29/08/2011, resolvem de comum acordo e na melhor forma permitida em direito, consolidar o contrato social da sociedade, que reger-se-á de acordo com as cláusulas e condições seguintes:.

### I - DENOMINAÇÃO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A sociedade girará sob a denominação social de **VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA. - EPP** e poderá também adotar denominação de fantasia **VIABILE SOLUÇÃO EM PROJETOS**.



30

11



## II - SEDE

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A sociedade possui sua sede na Avenida Augusto de Lima nº 655, salas 415, 416, 417 e 418, Bairro Centro, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-000, podendo, ainda, abrir e fechar filiais, agências, sucursais, no País ou no exterior.

## III - PRAZO E DURAÇÃO

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O início das atividades sociais da sociedade ficou definido, de acordo com seu contrato de constituição em 31 de maio de 2004. O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado (Código Civil art. 997, II).

## IV - OBJETO SOCIAL

**CLÁUSULA QUARTA** - O objeto da sociedade consiste:

4.1. Gerenciamento, coordenação, gestão, consultoria, assessoria e execução de projetos e serviços em:

- Pesquisa e análise de alternativas locacionais;
- Estudos de viabilidade;
- Planos Diretores e Estratégicos;
- Projetos Arquitetônicos;
- Projetos de Infra-Estrutura;
- Projeto de automação;
- Projeto de detecção e combate de incêndio;
- Projetos complementares de fundações, estruturas, instalações hidrossanitárias, (água quente e fria, esgoto, águas pluviais e drenagem) de gás, de proteção e combate a incêndio, de coleta de lixo, instalações elétricas e telefônicas, subestações, lógica/dados, cabeamento estruturado, conforto ambiental, acústico, sonorização e luminotecnia;
- Compatibilização e Integração de Projetos;
- Levantamento arquitetônico, urbanísticos, topográficos, de instalações e registro de desenhos "as-built";
- Projetos de desenhos técnicos;
- Projetos de reforma, revitalização, restauração e adequação de edifícios;
- Projetos de layout, de arquitetura de interiores, de mobiliário e de equipamentos;
- Projetos de preservação de patrimônio ambiental e urbano;
- Plano de gerenciamento de resíduos;



*BP*

12

*[Signature]*



19

- Análises de impacto ambiental, paisagístico, urbano e viário;
- Projetos de paisagismo;
- Projetos urbanísticos, de loteamentos, remembramento ou desmembramento de terrenos e similares, rezonamento de propriedades;
- Assessorias para a produção de materiais promocionais e gráficos;
- Produção de cadernos de encargos, editais e memoriais, para licitações públicas e privadas;
- Produção de relatórios técnicos, orçamentos, cronogramas físico-financeiros, planejamentos e estudos técnicos.



4.2. Fiscalização e/ou gerenciamento da execução de serviços, instalações, obras de edificação realizadas por terceiros ou fiscalização técnica de construção e/ou construtor e/ou montador, fabricação e/ou fabricante.

## V - CAPITAL SOCIAL

**CLÁUSULA QUINTA** - O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), indivisíveis em relação à sociedade, observadas as disposições legais em contrário, já subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente do país, na forma seguinte:

1. **BRENO DE ASSIS OLIVEIRA** - 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 50.000,00;

2. **FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO** - 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 50.000,00;

**TOTAL:** ..... R\$ 100.000,00

§ 1º - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas do Capital Social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

§ 2º - As quotas da sociedade são impenhoráveis.

13



## VI - ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA SEXTA** - Os poderes da gestão, representação e assinatura pela sociedade serão exercidos unicamente pelos sócios Diretores BRENO DE ASSIS OLIVEIRA e FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO, que assinarão isoladamente pela sociedade, competindo a eles movimentarem contas bancárias, emitirem e aceitarem títulos cambiais, bem como representarem a sociedade em atos, negócios e/ou transações comerciais, atos de rotina, correspondência, admissão e demissão de empregados, emissão de recibos, faturas, duplicatas, endossos para cobrança e caução, endosso de cheques para depósito, representação da sociedade, inclusive perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias, representação em juízo.

§ 1º - Compete, ainda, aos sócios Diretores BRENO DE ASSIS OLIVEIRA e FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO, superintender as atividades técnicas, opinar sobre contratos na sua causa técnica, representar a sociedade junto às entidades de natureza técnica profissional, sempre com independência absoluta, prevalecendo seus votos na direção técnica e administrativa da sociedade.

§ 2º - O uso da firma e da denominação social é restrito aos interesses da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, pelo que não poderá ser usada em negócios estranhos, em fianças e avais, em favor de terceiros, ou dos próprios quotistas.

§ 3º - Além dos sócios Diretores BRENO DE ASSIS OLIVEIRA e FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO, nenhum outro sócio poderá prestar fiança ou aval sem prévio e expresso consentimento dos demais.

§ 4º - Cada quota do capital social representa um voto nas decisões adotadas pela sociedade.

§ 5º - Dependem de deliberação dos sócios:

I - A destituição de sócio nomeado administrador no contrato, pela aprovação de titulares de cotas correspondentes a, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social (Código Civil, art. 1.063);

II - A modificação do contrato social e a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, pelos votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social (Código Civil, art. 1.076, I);

III - A designação dos administradores, quando feita em ato separado, a destituição dos administradores, modo de remuneração e o pedido de concordata, dependem de aprovação de mais da metade do capital social (Código Civil, art. 1.076, II);



14



§ 6º - Será facultada a nomeação de administradores não sócios, devendo, outrossim, os sócios deliberarem a respeito da indicação, sendo este designado em ato separado com a aprovação unânime, enquanto o capital não estiver integralizado e, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, após sua integralização (Código Civil, art. 1.061).

§ 7º - A sociedade não possui Conselho Fiscal nem Assembleia de Quotistas. Os sócios tomarão conhecimento da administração social através de exame direto dos livros e arquivos da sociedade sempre que conveniente, independentemente de qualquer autorização.

§ 8º - poderá a sociedade constituir, por prazo certo e determinado, mandatários da sociedade, ficando, desde já, delimitados os atos e operações que poderão praticar, nos termos do art. 1.018 do Novo Código Civil, quais sejam, os poderes das cláusulas 'ad negocia' ou 'ad judicia' para movimentar contas bancárias, emitir e aceitar títulos cambiais, bem como representar a sociedade em atos, negócios e/ou transações comerciais, atos de rotina, correspondência, admissão e demissão de empregados, emissão de recibos, faturas, duplicatas, endossos para cobrança e caução, endosso de cheques para depósito, representação da sociedade, inclusive perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias, representação em juízo,...

§ 9º - Incumbirá ainda os administradores a obrigação de apresentar ao término de cada exercício inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, na forma estabelecida por leis especiais e nos artigos 1.179 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

§ 10º - As demonstrações financeiras de que trata o parágrafo anterior serão apresentadas aos sócios para aprovação na reunião ordinária de quotistas que se realizará nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, na forma deste instrumento.

§ 11º - Os administradores e/ou qualquer dos sócios que vierem a prestar serviços à Sociedade, poderão fazer jus a um valor remuneratório, que poderá ser retirado mensalmente, ou acumulado de acordo com a disponibilidade de caixa a título de retirada pró-labore.

§ 12º - Os valores das retiradas pro labore serão previamente discutidos, aprovados em reuniões ordinárias ou extraordinárias e reajustados sempre que houver interesse ou necessidade, podendo, todavia, ser reduzido ou extinto por decisão de três quartos do capital social.



15



17  
19

## VII - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço patrimonial e todas as demonstrações financeiras, sendo os lucros apurados distribuídos aos sócios ou capitalizados na mesma proporção de sua participação no Capital Social, conforme definir a administração da sociedade na oportunidade. As eventuais perdas serão suportadas pelos sócios na mesma proporção de sua participação no Capital Social.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A sociedade poderá levantar balanços intercalares e intermediários semestrais, trimestrais ou em períodos menores, podendo, na hipótese de existência de lucro líquido, distribuir ou capitalizar lucros intercalares ou intermediários por deliberação da Administração, sempre na mesma proporção da participação dos sócios no Capital Social. A sociedade poderá, também, proceder à correção monetária nesses balanços intercalares ou intermediários, podendo, ainda, aumentar o capital com a reserva correspondente.

## VIII - DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

**CLÁUSULA OITAVA** - Observadas as formalidades previstas neste instrumento, é lícito aos sócios que representem, no mínimo, 2/3 das Quotas sociais excluir da sociedade, por motivo grave, qualquer dos demais sócios, mediante simples alteração contratual.

§ 1º - Os sócios, neste ato, declaram que entendem configurar-se razão autorizadora da sua exclusão da sociedade, incluindo, mas não se limitando: (a) a condenação em processo criminal; (b) perda do direito ao exercício da profissão de engenheiro; (c) propositura por qualquer sócio de demanda judicial em face da sociedade ou de qualquer outro sócio; (d) exercício individual da engenharia, sem a prévia anuência dos demais sócios; (e) prática de atos desleais à sociedade; ou (f) o desempenho profissional deficitário, insuficiente ou insatisfatório.

§ 2º - A fim de dirimir eventuais dúvidas os sócios declaram que a relação dos motivos graves autorizadora da exclusão de qualquer um deles da sociedade mencionada no § 1º supra é meramente exemplificativa.

§ 3º - Os haveres do sócio excluído serão determinados, na proporção por ele detida no capital social, e terão como base o valor patrimonial contábil da sociedade, apurado em balanço especial levantado no mês anterior à prática de qualquer um dos atos mencionados no § 1º desta cláusula, devidamente descontados

16



18  
19

dos prejuízos sofridos pela sociedade em consequência dos atos que levaram a exclusão do sócio.

§ 4º - Os haveres do sócio excluído serão pagos em 6 parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 60 dias após o ato que deliberar sua exclusão e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA NONA** - Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas a terceiros, sendo permitido apenas a aquisição pelos demais sócios, na proporção de sua participação no Capital Social. O sócio que pretender retirar-se da sociedade comunicará seu intento aos demais, mediante documento escrito, cuja entrega fique comprovada e no qual declare sua intenção de retirada. Os demais sócios terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação, para manifestarem a forma de pagamento ao sócio retirante.

§ 1º - A retirada de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da sociedade, que continuará com o(s) sócio(s) remanescente(s); com admissão de novo sócio, caso necessário e haja aprovação de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social dos sócios.

§ 2º - No caso de extinção, morte, interdição, retirada ou falência de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores. O sócio extinto, falecido, interditado ou falido, que poderão optar pela participação na sociedade ou pelo recebimento dos seus haveres com base em balanço ou balancete especialmente levantado para esse fim, sendo o patrimônio avaliado com base nos valores de mercado. O valor apurado poderá ser pago em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas, e atualizadas monetariamente pelo INPC ou índice que o venha a substituir a contar da data do levantamento do balanço ou balancete até o dia do efetivo pagamento, vencendo-se a primeira prestação 90 (noventa) dias após o levantamento do balanço ou balancete. Os prazos previstos nessa cláusula poderão ser prorrogados por acordo entre as partes.

#### X - CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 6.404/76, nos termos do Parágrafo único, do art. 1.053 do Código Civil.



17

17

## XI - DECLARAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - Os sócios já qualificados neste instrumento, declaram que não incorrem nas restrições previstas no § 1º, do art. 1.011 do Código Civil.

## XII - FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, MG, para dirimir quaisquer dúvidas, demandas ou litígios oriundos do presente contrato.

E, assim, por estarem justos e contratados, de pleno e comum acordo, assinam a presente Alteração e Consolidação Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor, juntamente com duas testemunhas que a tudo foram presentes, a fim de que produza seus jurídicos efeitos.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2014

*Breno de Assis Oliveira*  
BRENO DE ASSIS OLIVEIRA

*Fernanda B. Basques Moura Quintão*  
FERNANDA BASQUES MOURA QUINTÃO

TESTEMUNHAS:

*Gracilano D. S. O. Oliveira Gomes*  
NOME: Gracilano D. S. O. Oliveira Gomes  
CPF nº 025.082.804-00  
CI nº M613 16 360

*Dalger Magnus Cordeiro*  
NOME: DALGER MAGNUS CORDEIRO  
CPF nº 758.572.430-53  
CI nº M65027582



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5271105  
EM 14/05/2014  
VIABILE PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA EPP

PROTOCOLO: 14/327.001-0

AH1260692

VIABILE - 3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Certifico que este documento da empresa VIABILE PLAN  
arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/327  
assinada em 20/05/2014 por Marinely de Paula Bomfim - S

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878  
www.cartoriopessoasjuridicas.com.br - cartoriopj@rac.com.br

**VIABILE E PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA - EPP**

**AVERBADO(A)** sob o nº 13, no registro 116991, no Livro A, em  
05/06/2014  
Belo Horizonte, 05/06/2014

Emol: (6429-5) R\$ 91.42 TFJ: R\$ 30.47 Rec: R\$ 5.48 - Total: R\$ 127.37  
(8101-8) R\$ 79.20 TFJ: R\$ 26.28 Rec: R\$ 4.68 - Total: R\$ 110.16

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
Escreventes: ( ) Elidy Wesley Rodrigues Mendes ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878

[www.cartoriopeessoasjuridicas.com.br](http://www.cartoriopeessoasjuridicas.com.br) - [cartrcpj@ui.com.br](mailto:cartrcpj@ui.com.br)

Certifico que a 1ª via do presente documento foi arquivada nesta Serventia em 05/06/2014. Conforme averbação nº 13 no registro nº116991, no Livro A. Dou fé,

Belo Horizonte, 04.11.14

Emol: (6501-1) R\$ 13.04 TFJ: R\$ 4.88 Rec: R\$ 0.78 - Total: R\$ 18.70  
(6502-9) R\$ 9.69 TFJ: R\$ 2.04 Rec: R\$ 0.51 - Total: R\$ 12.24

( ) José Nadi Néri - Oficial (x) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
Escreventes: ( ) Eldy Wesley Rodrigues Mendes ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878

[www.cartoriopeessoasjuridicas.com.br](http://www.cartoriopeessoasjuridicas.com.br) - [cartrcpj@ui.com.br](mailto:cartrcpj@ui.com.br)**PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº ACC57042

CÓD. SEG.: 5649.9664.4904.7243

Quantidade de Atos Praticados: 00018

Emol: R\$ 24.02 TFJ: R\$ 6.92 Total: R\$ 30.94

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
Escreventes: ( ) Eldy Wesley Rodrigues Mendes ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

